

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arthur Ramos: higiene mental e psicanálise para superar os dramas da educação brasileira (Rio de Janeiro 1930-1940).

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia*

Resumo: Neste artigo procuramos reconstituir criticamente a trajetória de Arthur Ramos, junto ao Serviço de Saúde Mental do Rio de Janeiro, que foi instalado como parte da reforma educacional de Anísio Teixeira. Na realidade foi uma experiência de curta duração, tendo em vista que a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas abandonou o referido projeto em função de um ensino disciplinador e autoritário.

Palavras Chaves: Arthur Ramos; Higiene Mental; Criança Problema.

Abstract: This article asks for reconstitute criticism the Arthur Ramos career in Serviço de Saúde Mental do Rio de Janeiro went install along of the Anísio Teixeira educational reform. This experience went duration short. The Estado Novo dictatorship (Getúlio Vargas government) abandon the refer project in function of the discipline an authoritarian teaching.

Keywords: Arthur Ramos; Mental Hygiene; Problem Children.

Introdução

Nos anos de 1930-1940 importantes movimentos no campo da educação, da economia e da vida política pareciam ganhar fôlego, com o fim do governo clientelista dos coronéis e com a possibilidade da mudança para um novo modelo de Estado e sociedade. A expectativa de muitos intelectuais, entre eles os educadores, era diminuir as diferenças sociais e desenvolver de fato a prática democrática. Dentre estas propostas, estava a de Anísio Teixeira e da Escola Nova. Um ensaio das idéias do pedagogo foi a reforma da educação de 1934 na cidade do Rio de Janeiro. Como parte das mudanças propostas para o ensino estava a criação do Serviço de Higiene Mental, chefiado por Arthur Ramos.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista do Programa Bolsa Mestrado da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A idéia original era a de criar um serviço de apoio às escolas primárias, atendendo aquelas crianças que apresentavam problemas de adaptação ao meio escolar. No entanto, o mencionado serviço, não chegou a fornecer os resultados esperados pelos reformistas. Com a instalação do Estado Novo todo projeto foi deixado de lado, uma vez que o que se desejava era uma educação ideológica de características autoritárias, próprias de uma ditadura.

A fonte do nosso estudo foi o livro “A Criança Problema” (1950) que Arthur Ramos publicou enquanto chefe do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra fruto da experiência do autor no atendimento aos estudantes das escolas primárias.

Neste artigo apresentamos alguns aspectos da vida e da obra de Arthur Ramos, bem como o contexto histórico em que o intelectual estava inserido. Na parte final do texto nos dedicamos mais à análise do conceito de Criança Problema e do funcionamento do Serviço de Higiene Mental do Rio de Janeiro na década de 1930-1940.

Arthur Ramos: aspectos de sua vida e obra e o contexto histórico em que viveu.

Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu na cidade de Pilar, no Estado do Alagoas, no dia 07 de julho de 1903. Faleceu em 1949. Podemos perceber que foi uma vida extremamente curta para uma intensa produção intelectual e de múltiplos diálogos. Produziu obras que se encaixam em diversas áreas do conhecimento: medicina, antropologia, psicanálise, psicologia, pedagogia e outras.

Ao longo de sua vida Ramos exerceu vários cargos públicos, entre eles, o de Catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil, Chefe do departamento de Ciências Sociais da UNESCO, Professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, Chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro.

É justamente sobre esse último cargo acima citado, que pretendemos estabelecer aqui algumas reflexões críticas. Quando dirigiu o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, Ramos produziu uma série de estudos sobre as crianças em idade escolar e que eram alunos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro que era, naquela época, o Distrito Federal. Ao que tudo indica o referido serviço não teve uma vida muito longa, pois com advento do Estado Novo o mesmo foi praticamente desmantelado: “Todo esse trabalho foi interrompido subitamente no meio da avalanche de destruição que desabou sobre a grande obra de Anísio

Teixeira na educação do Distrito Federal. Hoje o problema será posto nos mesmos termos que no início do nosso Serviço” (RAMOS, 1950: p.8).

Em “A Criança Problema”, Ramos publicou alguns estudos desenvolvidos quando era Chefe do Serviço de Higiene Mental. Esse presente trabalho faz parte de um dos cinco volumes de uma coleção cujo título seria “Higiene Mental na Educação”. Tanto Anísio Teixeira como Arthur Ramos e outros importantes intelectuais brasileiros, estavam preocupados em desenvolver a plena aplicação dos conhecimentos científicos na educação, ou seja, desenvolver mecanismos mais eficientes para aumentar o acesso à escola. No caso específico de “A Criança problema”, Ramos pretende utilizar os avanços científicos na área da psicologia social, da psicanálise e da antropologia na definição do seu objeto de estudo, bem como na implantação de métodos de intervenção.

O Contexto Histórico

Até a década de 1920 a elite cafeeira de São Paulo e de Minas Gerais exercia o poder político, dele se utilizando para manter os privilégios da classe e a condição agrária do país. Na área das políticas sociais a atuação do governo oligárquico era praticamente nula.

A educação, como parte das políticas sociais estava abandonada, o acesso a ela ainda era algo muito raro para a maioria das populações pobres do campo e da cidade. A famosa igualdade de todos perante a lei, instituída pela Constituição Republicana de 1891, ainda não passava de um documento formal. Segundo Carvalho (1989), somente na década de 1920, algumas propostas como, a de Caetano Campos, colocava a questão educacional em outros termos. Pensava-se agora em estimular a educação tanto como fator de progresso, como de controle da massa, visto que a escola poderia tornar-se um instrumento perigoso nas mãos dos mais pobres:

Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio ao Progresso, a impor sua presença incomoda no cotidiano das cidades. A escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso [...] Passa, no entanto, a ser considerada ‘arma perigosa’, exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação (CARVALHO, 1989: p.7).

No entanto, para os objetivos desse trabalho, o que mais nos interessa é o período que vai de 1930 a 1940. A ascensão de Vargas em 1930 trouxe um novo ânimo aos meios intelectuais, pois o fim do governo dos coronéis representava a possibilidade de empreender

novos projetos para o país em todas as áreas, principalmente a da educação. Foi nestas circunstâncias que o movimento denominado Escola Nova liderado por Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Fernando Azevedo e outros, lançam em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: “[...] é um marco desse movimento: ao mesmo tempo em que questionava os métodos tradicionais de ensino, buscava afirmar, em uma sociedade como a obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a co-educação” (LOPES e GALVÃO, 2001, p.23).

O governo de Vargas sempre foi marcado por períodos alternados de maior liberdade e democracia até a rígida centralização do poder, principalmente a partir de 1937 com o Estado Novo. É interessante observar que mesmo nos períodos de maior abertura, Vargas nunca escondeu sua tendência autoritária. Talvez por esse motivo seja possível explicar a introdução das idéias do escolanovismo no sistema de ensino do Distrito Federal, conduzido diretamente por Anísio Teixeira. Como já demonstramos em outra parte deste texto, a experiência de Teixeira não irá muito longe. A crescente concentração do poder nas mãos de Vargas irá propor um modelo diferente de educação, mais atrelada ao poder do Estado e como meio de manipulação das massas.

Arthur Ramos descreve com lucidez na introdução de “A Criança Problema”, quais seriam os objetivos desta educação autoritária:

Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições, passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de higiene mental. A Educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregadas neste Livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações. O serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas uma santa inquisição de bravo censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência (RAMOS, 1950: p.8).

Ramos reconhece que em um clima de ditadura, a plena educação como projeto humanizante torna-se inviável, haja vista que as imposições do regime impedem o livre desenvolvimento da pesquisa científica.

Em seu livro *Educação é um Direito*, Anísio Teixeira (1967) parece perceber que a revolução de 30, ainda não havia representado um avanço significativo na constituição de uma nação livre:

A revolução de 30 marca um período crítico dessa integração, que se vai consumir, quinze anos mais tarde, com o estabelecimento de uma constituição democrática e a

conquista, ao que se parece definitiva, do sufrágio universal. Até então, a máquina política, embora formalmente democrática pudera ser manipulada pela chamada elite, que se assegurava, deste modo, uma representação política homogênea, isto é, limitada ao grupo dominante (TEIXEIRA, 1967: p.42).

A criança problema segundo Arthur Ramos.

Arthur Ramos, procura desde o início de seu estudo, diferenciar criança problema das chamadas “anormais”, utilizando aqui uma terminologia da época. O próprio autor considerava que o termo “anormal” é impróprio em todos os sentidos, ou seja, desde o início do século XX, Ramos já verificava problemas na utilização da terminologia. Isso porque muitas crianças com qualquer problema de aprendizagem já recebiam esse rótulo, sendo que seu maior problema era de origem social ou familiar.

É incrível a contemporaneidade de Ramos nesse aspecto, uma vez que ainda hoje muitas crianças com dificuldades de aprendizagem são encaminhadas para escolas de educação especial, sendo que na realidade, outros fatores, que não são de origem orgânica estão interferindo no seu processo de aprendizagem.

Os testes de Q.I. (quociente de inteligência) que hoje está em desuso, porém até bem pouco tempo atrás eram muito utilizados por escolas, médicos e psicólogos e outros profissionais, já era criticado por Ramos, na década de 1930. Segundo o autor os testes desenvolvidos inicialmente por Binet e Simon em 1907, acabaram por reduzir a área de atuação de profissional da educação na medida em que “a extrema atividade testologizante [...] tem atravancado a pedagogia de nossos dias” (RAMOS,1950, p12). Mais uma vez a percepção crítica do médico alagoano surpreende, tanto pela sagacidade intelectual, quanto pela antecipação de pontos de vista que somente algumas décadas depois foram efetivadas.

Ao longo de todo livro Arthur Ramos procura afastar a possibilidade de problemas mentais nas chamadas crianças problemas. A argumentação do intelectual é construída no sentido de atribuir ao meio social e cultural em que vive o menor a responsabilidade pelo comportamento inadequado que apresenta na escola. Ele chegou mesmo a mencionar a carência afetiva:

... muitos casos classificados mesmo como atraso mental, são realmente de falsos atrasos [...] as crianças ‘caudas de classe’ nas Escolas, insubordinadas, desobedientes, instáveis, mentirosas, fujonas... na sua grande maioria não são portadoras de nenhuma ‘anomalia’ moral, no sentido constitucional do termo. Elas foram ‘anormalizadas’ pelo meio. Como o homem primitivo cuja ‘selvageria’ foi uma criação de civilizados também na criança, o conceito de ‘anormal’ foi antes de

tudo, o ponto de vista adulto, a conseqüência de um enorme sadismo inconsciente de pais e educadores (RAMOS, 1950: p.18).

O discurso acima descrito não parece ter sido escrito a mais de 70 anos atrás, ele se parece com qualquer outra argumentação da produção teórica da pedagogia mais recente. Talvez esteja aqui um dos principais valores da história e em especial da história da educação, ou seja, desmascarar falsas idéias, mitos e preconceitos em relação ao passado como algo sepultado e distante da atual realidade. Através do estudo da história podemos perceber o quanto o passado ainda sobrevive no presente e vice-versa, principalmente no caso de Arthur Ramos que conseguiu em muitos aspectos, antecipar-se há seu tempo.

Autores como Aquino (1996), La Tayle (1998) e outros que estudam o problema da indisciplina na escola consideram que existe uma forte influência do contexto social que interfere diretamente no comportamento dos educandos, daí a necessidade do educador compreender essa realidade, para melhor desenvolver estratégias de ação pedagógica. Embora falando do papel do higienista mental, Ramos seguiu a mesma trajetória dos autores anteriormente mencionados, afirmando que: “O moderno higienistas mental nas Escolas deve fugir às classificações rígidas, que visam, dar rótulos às crianças desajustadas [...] o seu interesse deve ser para o estudo do psiquismo normal e das influencias deformantes do meio social e cultural” (RAMOS, 1950: p.19).

A fim de fugir da conotação “normal” e “anormal” que, como demonstrou Ramos, é insuficiente para categorizar uma criança com dificuldades de aprendizagem e de adaptação ao meio escolar, o autor criou o conceito da criança problema. O termo problema está muito mais relacionado com as condições sociais que o menor vive e que dificulta a sua capacidade de atenção e aprendizagem.

Higiene mental e sua estratégia de ação

O primeiro serviço de higiene mental surgiu nos EUA em 1907 e de lá se espalhou para o mundo inteiro. No Brasil o movimento de higiene mental chega em 1923 que funda a Liga Brasileira de Higiene Mental por Gustavo Riedel. O mencionado serviço teria uma dupla função, tanto terapêutica quanto preventiva. Sendo que para Ramos esta era a mais importante. O público alvo era formado por crianças, uma vez que:

Desde cedo se verificou que estava na infância o principal campo de ação de higiene mental. Se esta visa a prevenção das doenças mentais e ao ajustamento da personalidade humana, é para a criança que deve voltar suas vistas, pois aí estão

os núcleos de caráter da vida adulta. Ajustar a criança ao seu meio é o objetivo básico, o trabalho inicial, a ser continuado depois, no ajustamento do indivíduo aos seus sucessivos círculos de vida (RAMOS, 1950: p.20).

O atendimento em higiene mental estava estruturado no formato de uma clínica, com os seguintes profissionais: professores, assistentes sociais, professores visitantes, psicólogo, médico e psiquiatra. Vários exames e testes eram realizados, como o psicológico e pedagógico (aptidões), orgânico e aqueles para verificar todos os tipos de desajustamento emocional:

A higiene mental infantil tem assim os aspectos largos. O seu campo de ação é imenso. O seu trabalho é duplo: preventivo e corretivo. Ela estuda o desenvolvimento e formação nos hábitos da primeira e segunda infância, acompanha o escolar no período da escola primária, assiste ao desabrochar da adolescência, prepara o jovem para ser a perfeita adaptação à vida adulta (RAMOS, 1950: p.21).

Todo esse esforço em formar uma juventude mentalmente sadia, pode aparecer estranho em um país que nos anos de 1930 possuía a maior parte de sua população fora da escola, e que, portanto não seria atendida por esse programa. Nesse aspecto o autor não estabelece nenhuma observação, embora na introdução de sua obra Ramos mencione a questão social do Rio de Janeiro da época como o maior obstáculo para êxito do programa de Saúde Mental:

As causas geradoras de problemas se ampliaram de maneira trágica, no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar estão as condições criadas pela própria guerra, o que pela segunda vez neste século, veio convulsionar o mundo e complicar o problema dos ajustamentos, pacíficos entre os homens. Em seguida estão as próprias condições deficitárias, no Brasil em especial no Rio de Janeiro. Crise alimentar. Crise de Habitações. Índices assustadores de mortalidade e morbidade infantis. Fatores deficitários em todos os sentidos, que vieram complicar tremendamente o problema da assistência aos menores [...] Nunca a higiene mental teve que lidar com tantos primários, que converteram a capital do país, num grande feudo urbano, desprotegido e entregue a sua própria sorte. Com razão se poderia achar uma atividade desnecessária ou inócua. Um serviço mental que tivesse essas causas próprias, tão grosseiras e tão deprimentes (RAMOS, 1950: p. 8).

Podemos perceber que o médico admite que uma sociedade em péssimas condições materiais, como a brasileira neste período, a atuação de um serviço de higiene mental é praticamente sem efeitos. Tentar amoldar indivíduos miseráveis, em uma forma de sociedade em crise e deficitária é inviabilizar este trabalho. Ramos parece perceber isso com singular lucidez.

Como Arthur Ramos acredita que o meio social e cultural é determinante na conduta do indivíduo, lembrando a idéia de Rousseau (2001) de que a sociedade é que corrompe o indivíduo, a família e a sua estruturação são fundamentais para formar indivíduos ajustados. Mesmo nestes casos o serviço de higiene mental possui uma função:

Se a criança veio bem formada do ambiente familiar, com ou sem a ajuda das clínicas de hábito, o ortofrenista não tem mais do que continuar o trabalho iniciado: to Keeps the normal... Se não, se surgem os casos-problemas, então a higiene mental intervém, procurando resolver e ajustar as dificuldades surgidas (RAMOS, 1950: p.22).

O serviço de higiene mental criado em 1934 no Rio de Janeiro, em virtude da reforma de Anísio Teixeira na rede municipal, tinha como objetivo servir como uma espécie de apoio das escolas primárias. Toda criança identificada como “criança problema” deveria ser encaminhada para o respectivo órgão público. Nelas um estudo variado procura detectar as causas do comportamento desajustado da criança:

Nestas clínicas de hábito são” estudadas principalmente as bases fisiológicas da personalidade, as atividades instintivas primordiais, como fome, a sede, as funções de eliminação, o sono o repouso, atividades de sexo, as primeiras manifestações emocionais e afetivas, o desabrochar da inteligência. O higienista mental orienta essas funções na formação de hábitos normais, corrigindo os precoces desajustamentos encontrados (RAMOS, 1950: p 23).

Ao que tudo indica as chamadas clínicas de hábitos do Serviço de Higiene Mental, objetivava exercer um rigoroso controle sobre as crianças e jovens tidos como desajustados ou na eminência de alguns desvios devido à influência do meio. A condução da situação nestes termos, embora inicialmente bem intencionada, pode servir a ideologias autoritárias no sentido de formar indivíduos plenamente ajustados e também facilmente manipuláveis, na medida em que todo o comportamento das pessoas passava a ser monitorado.

Referências bibliográficas

AQUINO, Júlio Groppa. *Indisciplina na escola*. São Paulo: Summus, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. Petrópolis: Vozes, 1989

LA TAYLE, Yves de. *Limites: três dimensões educacionais*. São Paulo: Ática, 1998.

LOPES, E.M. I; GALVÃO, A.M.O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAMOS, A. *A criança problema*. 4. ed. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1950.

ROUSSEAU, J.J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TEIXEIRA, A. *Educação é um direito*. São Paulo: Nacional, 1967.